



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

133

01

**Terceira Câmara de Direito Público**  
**Agravo de Instrumento nº: 0330.493-0 - Recife**  
**Agravante (s): Ailton Gadelha da Silva**

**Antônio Luiz Araújo**  
**Francisco Carlos Lima de Moura**  
**José Leite Figueiredo**  
**Valdir Botelho de Moraes**  
**José Ronaldo de Lima Souza**  
**Edilson Rodriguez Pena**

**Advogado: Patrícia Carla da Costa Lira PE017867**

**Agravado(s): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco**

**Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EFEITOS DA APELAÇÃO. ARTIGO 520 DO CPC. NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES EXCEPCIONALMENTE DISCIPLINADAS. AUSÊNCIA DE CONCESSÃO DE PROVIMENTO LIMINAR. URGÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. ALIMENTOS. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA QUE NÃO TEM CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.**

**1.** Versa a presente lide acerca dos efeitos em que foi recebido recurso de apelação (fl. 101) interposto em face de sentença que julgou procedente o pedido dos autores, ora agravantes, garantindo-lhes a aglutinação aos proventos dos demandantes a parcela correspondente à gratificação de risco de policiamento ostensivo. Da análise do contexto probatório, constata-se que, *in casu*, o Magistrado de Piso indeferiu o pedido liminar, sendo certo, ademais, que, malgrado sucumbentes na obtenção de provimento antecipatório de tutela, os autores não acorreram à Segunda Instância objetivando a reversão desse quadro, o que, ao meu ver, demonstra a ausência do caráter de urgência do pleito.

**2.** A regra é que as apelações sejam recebidas no efeito devolutivo e suspensivo, sendo cabível o recebimento no efeito meramente devolutivo tão somente nas hipóteses excepcionalmente disciplinadas no artigo 520 da lei processual civil. Omissa a regulamentação a respeito do tema, o recurso terá de produzir a natural eficácia suspensiva, sendo certo que a previsão das excepcionais hipóteses do artigo 520 do CPC se presta a conferir maior efetividade aos provimentos judiciais que demandam manifesta urgência.

**3.** A hipótese em apreço, consoante já explicitado, não se enquadra em nenhuma das hipóteses taxativamente elencadas no artigo 520 da lei processual civil, não merecendo que se dê à redação do inciso II, que versa sobre as sentenças que condenem à prestação de alimentos, interpretação extensiva com vistas ao alcance da sentença da presente lide, que condenou a FUNAPE a fazer integrar aos proventos de aposentadoria dos ora agravantes a gratificação de risco de policiamento ostensivo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

4. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento.

**ACÓRDÃO**

---

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0330.493-0, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, Ailton Gadelha da Silva e, como agravado, a FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento nº: 0330.493-0 - Recife**

**Agravante (s): Ailton Gadelha da Silva**

**Antônio Luiz Araújo**

**Francisco Carlos Lima de Moura**

**José Leite Figueiredo**

**Valdir Botelho de Moraes**

**José Ronaldo de Lima Souza**

**Edilson Rodriguez Pena**

**Advogado: Patrícia Carla da Costa Lira PE017867**

**Agravado(s): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco**

**Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Ailton Gadelha da Silva e outros em face da FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, impugnando despacho proferido pela MM. Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dra. Mariza Silva Borges, no bojo da Ação Ordinária tombada sob o nº 0171886-02.2012.8.17.0001.

A Magistrada de piso, através da decisão impugnada (fl. 101), recebeu no duplo efeito o apelo interposto pelo Estado de Pernambuco em face da sentença exarada em favor do ora agravado.

Asseveram que a decisão deve ser modificada uma vez que o douto magistrado de Piso, ao analisar a hipótese em apreço, fê-lo de forma contrária à vasta jurisprudência vigente, segundo a qual as apelações contra sentenças que condenem à prestação de verbas de caráter alimentar, sejam oriundas de ações de alimentos típicas ou de natureza previdenciária, devem ser recebidas tão somente no efeito devolutivo, tendo em vista a imprescindibilidade destas verbas.

Aduzem, ademais, que, nos casos que envolvam prestações de natureza alimentar, o recebimento no efeito meramente devolutivo restringe-se a assegurar o recebimento de verbas imediatas, excluída a percepção de verbas retroativas, que serão objeto de execução apenas quando do trânsito em julgado da sentença.

Pugnam, liminarmente, pela concessão de efeito suspensivo, para que o apelo interposto pela FUNAPE seja recebido no efeito meramente

AI 0330.493-0



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

devolutivo e, no mérito, pelo seu provimento, com a integral reforma da decisão impugnada, confirmando-se a liminar.

Em decisão interlocutória de fls. 109/111, esta Relatoria denegou o efeito suspensivo pleiteado.

Instado a apresentar suas contrarrazões, a agravada fê-lo às fls. 116/117, aduzindo, em síntese, que a agravante jamais recebeu a vantagem financeira criada em 2004, razão pela qual não se vislumbra qualquer mínimo indício de urgência ou perigo na demora a ponto de embasar o efeito pretendido da apelação, devendo incidir, *in casu*, a regra do recebimento do recurso em ambos os efeitos. Acresce, ademais, que, tratando-se de ação contra a Fazenda Pública, a regra geral é da vedação da execução provisória.

O *Parquet* exarou parecer às fls. 124/126, opinando pelo não provimento do recurso, aduzindo razões coincidentes com as adotadas por esta Relatoria por ocasião do indeferimento da antecipação da tutela recursal.

É o que de importante se tem a relatar.

Peço dia para julgamento.

Recife,  de junho de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

134  
~

01

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Agravo de Instrumento nº: 0330.493-0 - Recife**

**Agravante (s): Ailton Gadelha da Silva**

**Antônio Luiz Araújo**

**Francisco Carlos Lima de Moura**

**José Leite Figueiredo**

**Valdir Botelho de Moraes**

**José Ronaldo de Lima Souza**

**Edilson Rodriguez Pena**

**Advogado: Patrícia Carla da Costa Lira PE017867**

**Agravado(s): FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco**

**Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**VOTO:**

---

Versa a presente lide acerca dos efeitos em que foi recebido recurso de apelação (fl. 101) interposto em face de sentença que julgou procedente o pedido dos autores, ora agravantes, garantindo-lhes a aglutinação aos proventos dos demandantes a parcela correspondente à gratificação de risco de policiamento ostensivo.

Da análise do contexto probatório, constata-se que, *in casu*, o Magistrado de Piso indeferiu o pedido liminar, sendo certo, ademais, que, malgrado sucumbentes na obtenção de provimento antecipatório de tutela, os autores não acorreram à Segunda Instância objetivando a reversão desse quadro, o que, ao meu ver, demonstra a ausência do caráter de urgência do pleito.

Cumprе ressaltar que a regra é que as apelações sejam recebidas no efeito devolutivo e suspensivo, sendo cabível o recebimento no efeito meramente devolutivo tão somente nas hipóteses excepcionalmente disciplinadas no artigo 520 da lei processual civil.

Omissa a regulamentação a respeito do tema, o recurso terá de produzir a natural eficácia suspensiva, sendo certo que a previsão das excepcionais hipóteses do artigo 520 do CPC se presta a conferir maior efetividade aos provimentos judiciais que demandam manifesta urgência.

A hipótese em apreço, consoante já explicitado, não se enquadra em nenhuma das hipóteses taxativamente elencadas no artigo 520 da

AI 0330.493-0



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

lei processual civil, não merecendo que se dê à redação do inciso II, que versa sobre as sentenças que condenem à prestação de alimentos, interpretação extensiva com vistas ao alcance da sentença da presente lide, que condenou a FUNAPE a fazer integrar aos proventos de aposentadoria dos ora agravantes a gratificação de risco de policiamento ostensivo.

Ante todo o exposto, VOTO PELO NÃO PROVIMENTO do presente agravo de instrumento.

Recife, 03 de Julho de 2014.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**